

Crise de confiança? Uma observação dos indicadores de percepção de corrupção no Brasil, 2011-2023

¿Crisis de confianza? Una observación de los indicadores de percepción de corrupción en Brasil, 2011-2023

Crisis of confidence? An observation of corruption perception indicators in Brazil, 2011-2023

Recebido: 29/07/2025 - Aceito: 30/07/2025 - Publicado: xx/08/2025

Antônio Mariano* <https://orcid.org/0000-0002-7736-1336>

Philippe Guedon <https://orcid.org/0000-0003-4221-3306>

Jimmy Medeiros <https://orcid.org/0000-0002-8280-3338>

Citar como: Mariano, A., Guedon, P., & Medeiros, J. (2025). Crise de confiança? Uma observação dos indicadores de percepção de corrupção no Brasil, 2011-2023. *Control Visible*, 5. DOI

Resumo

O artigo analisa a evolução da percepção da corrupção no Brasil entre 2011 e 2023, com base em dados do Datafolha, IPEC e Latinobarômetro. A partir das jornadas de junho de 2013 e da Operação Lava Jato, a corrupção passou a ocupar posição central no debate público, sendo frequentemente apontada como um dos principais problemas do país. A análise evidencia como esse tema oscilou de importância ao longo dos governos Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, influenciado por crises econômicas, escândalos políticos e cobertura midiática. Nos mandatos de Dilma e Temer, a corrupção foi amplamente mencionada; já no governo Bolsonaro, perdeu destaque frente a temas como saúde e economia, sobretudo por causa da pandemia de covid-19. A pesquisa do IPEC em 2022 reforça a desconfiança generalizada da população nas instituições, com destaque negativo para o Congresso Nacional. A percepção da corrupção, segundo o estudo, reflete mais o desencanto com a democracia e a representação política do que a presença objetiva de práticas ilícitas. O artigo conclui destacando a importância de medidas de transparência, fortalecimento institucional e educação cidadã para reconstruir a confiança da sociedade nas instituições democráticas.

Palavras-chave: opinião pública; democracia; confiança institucional.

Resumen

El artículo analiza la evolución de la percepción de la corrupción en Brasil entre 2011 y 2023, basándose en datos de Datafolha, IPEC y Latinobarómetro. A partir de las manifestaciones de junio de 2013 y de la Operación Lava Jato, la corrupción pasó a ocupar un lugar central en el debate público, siendo frecuentemente señalada como uno de los principales problemas del país. El análisis pone de manifiesto cómo este tema ha oscilado en importancia a lo largo de los gobiernos de Dilma Rousseff, Michel Temer y Jair Bolsonaro, influido por las crisis económicas, los escándalos políticos y la cobertura mediática. Durante los mandatos de Dilma y Temer, la corrupción fue ampliamente mencionada; ya en el gobierno de Bolsonaro, perdió protagonismo frente a temas como la salud y la economía, sobre

* Cientista político e jornalista, pós-doutorando em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC), Diretor Executivo e Fundador do Instituto Rio21. Autor para receber a correspondência. E-mail: antonio.mariano@rio21.org. Philippe Guedon é cientista político e Doutor em História, Política e Bens Culturais pela FGV CPDOC. Jimmy Medeiros é Professor da Escola de Ciência Sociais da FGV CPDOC e Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

todo a causa de la pandemia de covid-19. La investigación del IPEC en 2022 refuerza la desconfianza generalizada de la población en las instituciones, con especial destaque negativo para el Congreso Nacional. Según el estudio, la percepción de la corrupción refleja más el desencanto con la democracia y la representación política que la presencia objetiva de prácticas ilícitas. El artículo concluye destacando la importancia de las medidas de transparencia, el fortalecimiento institucional y la educación ciudadana para reconstruir la confianza de la sociedad en las instituciones democráticas.

Palabras clave: opinión pública; democracia; confianza institucional

Resumen

Este artículo examina la evolución de la percepción de la corrupción en Brasil entre 2011 y 2023, basándose en datos de Datafolha, IPEC y Latinobarómetro. Tras las masivas protestas de junio de 2013 y la Operación Lava Jato, la corrupción se instaló como un tema central en el debate público, siendo constantemente señalada como uno de los problemas más apremiantes del país. El análisis evidencia cómo la relevancia de este asunto fluctuó significativamente a lo largo de los gobiernos de Dilma Rousseff, Michel Temer y Jair Bolsonaro, influenciada por las crisis económicas, los escándalos políticos y la intensa cobertura mediática. Durante los mandatos de Rousseff y Temer, la corrupción fue un tema muy comentado como una preocupación primordial. En contraste, bajo el gobierno de Bolsonaro, su prominencia disminuyó, cediendo terreno a temas como la salud y la economía, principalmente debido a la pandemia de COVID-19. La encuesta de IPEC de 2022 reafirma la generalizada desconfianza ciudadana en las instituciones, con el Congreso Nacional recibiendo calificaciones particularmente negativas. Según este estudio, la percepción de la corrupción refleja más un profundo desencanto con la democracia y la representación política que una mera evaluación de la prevalencia objetiva de prácticas ilícitas. El artículo concluye subrayando la imperiosa necesidad de implementar medidas de transparencia, fortalecer las instituciones y promover la educación ciudadana para reconstruir la confianza de la sociedad en las instituciones democráticas.

Palabras clave: opinión pública; democracia; confianza institucional.

Abstract

This article analyzes the evolution of corruption perception in Brazil between 2011 and 2023, drawing on data from Datafolha, IPEC, and Latinobarometer. Following the June 2013 protests and Operation Lava Jato, corruption became a central theme in public discourse, frequently identified as one of the country's primary problems. The analysis demonstrates how the salience of this issue fluctuated during the administrations of Dilma Rousseff, Michel Temer, and Jair Bolsonaro, influenced by economic crises, political scandals, and media coverage. During the mandates of Rousseff and Temer, corruption was widely cited as a major concern. In contrast, under the Bolsonaro government, it receded in prominence compared to issues such as health, and the economy, largely due to the COVID-19 pandemic. The 2022 IPEC survey further underscores the widespread public distrust in institutions, with the National Congress receiving particularly negative ratings. According to this study, the perception of corruption reflects a broader disillusionment with democracy and political representation rather than merely the objective prevalence of illicit practices. The article concludes by emphasizing the importance of transparency measures, institutional strengthening, and civic education to rebuild public confidence in democratic institutions.

Keywords: Public opinion; democracy; institutional trust.

Introdução

Assim como na América Latina, o tema da corrupção é caro para a população brasileira há décadas. Denúncias permeiam as manchetes dos mais distintos jornais à procura de culpados de roubo aos cofres públicos e, claro, influencia a opinião pública sobre o governo do momento. No Brasil, as

chamadas jornadas de junho de 2013 e a Operação Lava Jato foram divisores de águas na última década, com incontáveis escândalos de corrupção por todo o país, atingindo atores políticos dos mais diferentes espectros ideológicos (Bastos, 2017; Chauí, 2013).

O caso mais notório foi a Lava Jato, iniciada em 2014 e que desvendou uma série de casos de corrupção, envolvendo as mais diferentes esferas de governo, mas, principalmente, dentro da Petrobras (Limongi, 2023). Tornou-se um marco no combate à corrupção no Brasil, mas também gerou controvérsias por abusos processuais e interferência política (Chaves, 2022).

A partir dali a corrupção ganhou ainda mais centralidade no debate público, passando a ser entendida não apenas como um problema ético ou administrativo, mas como um símbolo do fracasso da política institucional em representar os interesses da população brasileira. A cobertura intensa da imprensa, o avanço das investigações e a espetacularização dos julgamentos contribuíram para uma sensível mudança na percepção popular: a ideia de que “todos os políticos são corruptos” passou a ganhar força, dissolvendo fronteiras ideológicas e alimentando o desencanto com a democracia delegativa (Baptista et al., 2015). Nas redes sociais, disputas entre partidários do governo e da oposição evidenciaram seus apoios e rejeições ao governo em diferentes formas e medidas (von Bülow & Dias, 2019).

Essa percepção foi captada em diferentes pesquisas de opinião pública realizadas ao longo da última década, que revelam uma crescente desconfiança nas instituições políticas e um aumento na proporção de brasileiros que identificam a corrupção como um dos principais problemas do país (Power & Jamison, 2005). Essa tendência se acentuou nos anos seguintes, moldando campanhas eleitorais, impulsionando projetos de moralização da política e, paradoxalmente, servindo de trampolim para figuras que, apesar do discurso anticorrupção, reproduziram práticas questionáveis (Baquero et al., 2016; Moisés, 2005a; Moisés, 2005b).

A análise da opinião pública exige atenção, pois o noticiário é fortemente influenciado pela escolha do conteúdo noticiado, do volume de notícias veiculadas e da abordagem editorial seguida (Damgaard, 2018; Gomes & Alencar, 2019), mesmo sem ter certeza de como esse noticiário será repercutido na opinião pública. Apesar do foco do trabalho não ser as causas e influências da opinião pública, abordagem relevante de outras pesquisas, o foco aqui é analisar a opinião pública de forma panorâmica.

Portanto, o objetivo deste artigo é analisar as pesquisas de opinião pública do IBOPE, que mudou para IPEC e atualmente foi incorporado pelo IPSOS e do Instituto Datafolha desde 2013 e procurar entender como o tema corrupção se desenvolveu ao longo dos últimos anos na percepção do brasileiro (Limongi, 2023; Filgueiras, 2009). Adicionalmente, acionamos uma longa série temporal com dados produzidos pelo Latinobarômetro para o Brasil.

Contexto histórico

Não é possível compreender os dados apresentados nas pesquisas sem citar o contexto histórico vivido no Brasil durante os anos 2010 e o início desta década. Iniciamos o período com a Presidente Dilma Rousseff vivendo uma série de turbulências éticas em sua primeira gestão, com troca de 86 ministros durante sua a sua gestão, pelos mais variados escândalos (Araújo et al., 2016). Em 2013, a inflação fechou o ano em 5,91% e o preço das passagens de ônibus no Rio de Janeiro e em São Paulo estavam congeladas há dois anos, quando os Prefeitos na época decidiram reajustá-las¹.

Foi o estopim para que manifestações populares tomaram as ruas de diversas cidades brasileiras. Rapidamente, os protestos se ampliaram, incorporando pautas difusas como a insatisfação com os

serviços públicos, a crítica à corrupção, os altos gastos com a Copa do Mundo e a desconfiança generalizada em relação à classe política (Scherer-Warren, 2013). Mobilizadas principalmente por redes sociais, essas manifestações marcaram uma inflexão na relação entre sociedade civil e Estado, revelando um novo ciclo de engajamento cívico, mais horizontal, volátil e descolado de instituições tradicionais como partidos e sindicatos. (Fidelis e Lopes, 2015). As jornadas de junho se tornaram, assim, um marco simbólico da crise de representação que se aprofundou nos anos seguintes. Os argumentos utilizados para a mobilização popular são complexos e amplos, tendo desde “uma preocupação fundamental com igualdade e com a proteção de direitos fundamentais”, quanto a dimensão de “acesso à cidade”, materializada na crítica à qualidade dos serviços públicos, por exemplo. A mobilização não teve uma unicidade política, portanto, diversas abordagens políticas estavam mobilizadas ao mesmo tempo, o que torna difusa toda argumentação e dificulta a análise, desde corrupção, gasto público com megaeventos esportivos e seus legados (Mendonça, 2018; Medeiros & Buarque, 2020; Souza, 2016).

A reeleição de Dilma Rousseff em 2014 ocorreu em um cenário de acirramento político e econômico. A campanha foi marcada por forte polarização entre o PT e o PSDB, e o resultado apertado – com Dilma vencendo Aécio Neves no segundo turno – acirrou os ânimos no Congresso e nas ruas. Logo após sua posse, o governo enfrentou uma grave recessão econômica, aumento do desemprego e perda de apoio popular (Carleial, 2015). Paralelamente, as investigações da Operação Lava Jato ganharam força, atingindo diversas figuras do governo e partidos aliados, alimentando a sensação de crise moral e institucional. Em 2015, manifestações massivas exigindo o impeachment se espalharam pelo país, impulsionadas por uma oposição fortalecida e pela deterioração da base aliada da presidenta (Tatagiba, 2018).

Em 2016, Dilma Rousseff foi afastada da presidência por decisão do Congresso Nacional, com base na acusação de ter cometido “pedaladas fiscais” – manobras contábeis para maquiar as contas públicas (Dweck & Teixeira, 2017). Embora a legalidade do processo tenha sido discutida por especialistas e setores da sociedade, o impeachment foi aprovado e interpretado por muitos como um desfecho político mais do que técnico, refletindo a perda de sustentação no Congresso (Bastos, 2017; Braz, 2017). Michel Temer, então vice-presidente, assumiu o poder com uma agenda liberal e prometendo estabilidade institucional e econômica. No entanto, seu governo logo se viu envolvido em denúncias de corrupção, e sua impopularidade cresceu rapidamente, tornando-se um dos presidentes mais mal avaliados da história recente.

O ambiente de crise econômica, desilusão com a política tradicional e o antipetismo intensificado após o impeachment criaram o terreno ideal para a ascensão de Jair Bolsonaro. Ex-capitão do Exército e deputado federal por sete mandatos, Bolsonaro capitalizou a insatisfação popular com promessas de combate à corrupção, à criminalidade e à velha política. Sua campanha, impulsionada por redes sociais, retórica agressiva e forte discurso moralista, ganhou tração especialmente após a inelegibilidade de Lula, condenado na Lava Jato (Petrarca & Filgueiras, 2024; Lynch & Cassimiro, 2022).

Em 2018, Bolsonaro foi eleito presidente com ampla vantagem no segundo turno contra Fernando Haddad (PT), consolidando uma guinada conservadora no país e inaugurando um novo ciclo de enfrentamento institucional, polarização política e desconfiança nas instituições democráticas (Nicolau, 2020).

Análise dos dados

Para ilustrar os desafios perpassados no recente contexto brasileiro a respeito do tema, a presente seção apresenta os percentuais dos quatro principais problemas indicados pelos brasileiros, segundo as pesquisas nacionais de opinião pública. Para este trabalho, selecionamos os dados públicos

produzidos pelo instituto Datafolha², desde o ano de 2011 até 2022. Adicionalmente, serão utilizadas informações de pesquisa de opinião pública sobre corrupção no Brasil de uma pesquisa do IPEC, realizada em 2022, e do Latinobarômetro de 2004 a 2023.

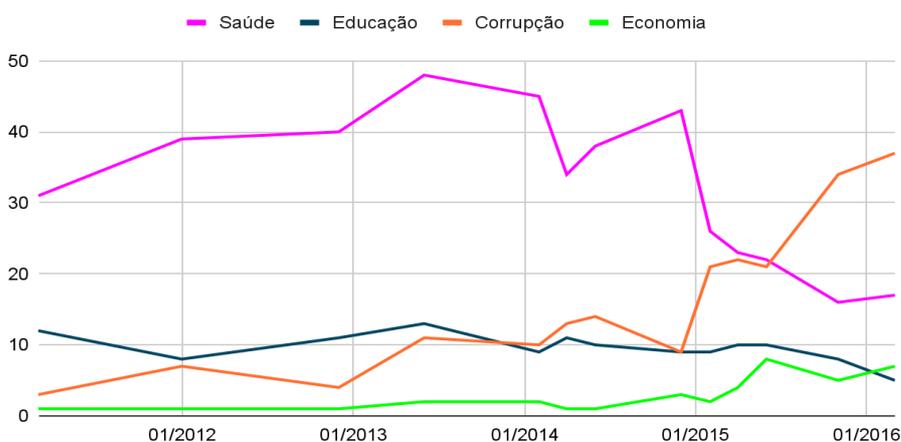
As pesquisas de opinião pública são instrumentos relevantes para facilitar a compreensão das preferências e atitudes de uma população a respeito de diversos temas e questões sociais e políticas. São úteis para o monitoramento da opinião pública, auxiliam na tomada de decisão com base em dados e avaliação de ações públicas e políticas de um governo, por exemplo. Além disso, contribuem para a produção de informações relevantes para governantes, opositores, gestores de partidos políticos, bem como as instituições da sociedade civil, sobretudo, no contexto democrático (Echegaray, 2001).

Os dados do Datafolha selecionados estão organizados, segundo mandato presidencial no Brasil, entre 2011 e 2022, de modo a evidenciar as tendências e oscilações temporais da percepção dos principais problemas relatados pelos brasileiros durante cada mandato dentro do período selecionado. Ao final, será feita uma análise comparativa dos resultados apresentados em cada governo presidencial analisado.

Neste caso, a pesquisa abarca os governos Dilma Rousseff (PT), eleita em 2010, reeleita em 2014 e retirada do cargo em 2016, portanto no meio do seu segundo mandato presidencial, após um processo de impeachment. Adicionalmente, a análise contempla o governo Michel Temer (MDB), que governou o país entre 2016 e 2018, e, por fim, o mandato do governo Jair Bolsonaro (PL) entre 2019 e 2022.

Conforme mencionado, o primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff (2011-2014) ficou marcado pelas manifestações de junho de 2013 (Gohn, 2016) e pela operação Lava Jato, entre 2014 e 2021. A estes dois fenômenos é atribuída a mudança na percepção do brasileiro a respeito da corrupção (Baptista, 2018). Afinal, conforme o gráfico 1, corrupção figurava como o terceiro maior problema do Brasil até 2014, quando foi deflagrada a Operação Lava Jato e o forte impacto dele na mídia. Entre 2011 e 2014, saúde e educação figuravam como problemas recorrentes na conjuntura do país e, desta forma, eram temas recorrentemente acionados pelos políticos do país. Todavia, de 2014 para 2016, ambos continuam tendo importância, mas perdem destaque para a categoria corrupção como tema central nos debates políticos.

Gráfico 1. Principal problema informado durante o governo Dilma Rousseff (PT)



Fonte: Datafolha.

A categoria economia, durante o governo Dilma Rousseff, figurou sempre como o quarto maior problema até que em 2016 a educação perde ainda mais importância para o brasileiro e se torna o de

menor percentual dentre as 4 categorias de modo que economia passa a ser considerado o terceiro maior problema. Apesar disso, sempre com percentual baixo e muito distante das menções apontadas para saúde e, principalmente, corrupção (gráfico 1).

Durante o mandato de Dilma Rousseff (2011-2016) o percentual médio da categoria saúde foi 32,5%, considerando todas as pesquisas realizadas. Em seguida aparece corrupção com 15,9%, depois vem educação com 9,6% e economia alcançou 2,9%. As demais menções - assim como “não resposta” e “não sabe” - tiveram média de 39,1% no mesmo período.

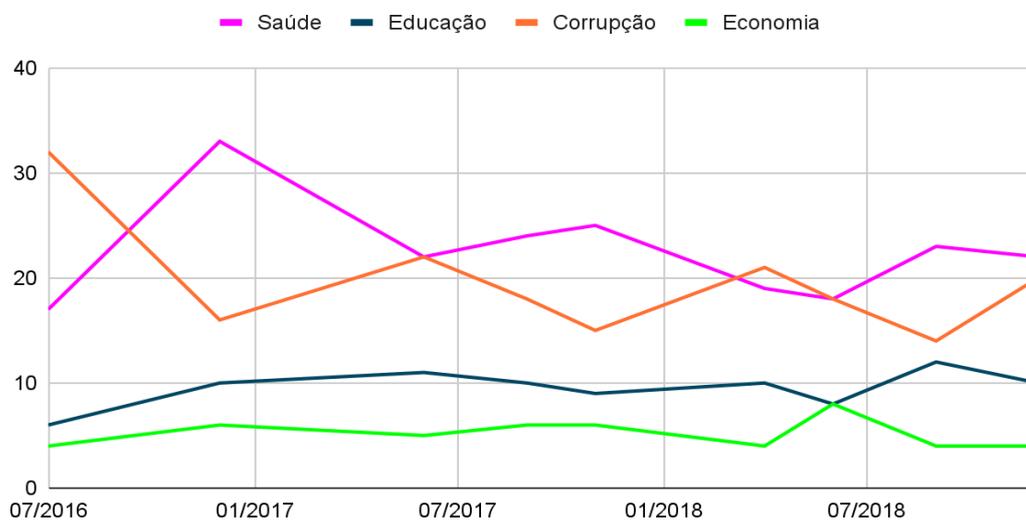
Michel Temer (PMDB) governou o país após uma ruptura institucional delicada e com opinião pública bastante crítica à situação econômica, social e política do país. As oscilações presentes nos dados do gráfico 2 evidenciam tensões vivenciadas durante meados de 2016 e o fim de 2018.

Por exemplo, corrupção iniciou a trajetória como o problema com mais menções, logo após a saída da Dilma, e teve queda abrupta de mais de 30% para aproximadamente 15% na pesquisa seguinte, em 2017. Com isso, saúde passou a ter mais menções de maior problema do país. E, durante todo o período Temer, estas duas categorias oscilavam a liderança de maior preocupação do brasileiro (gráfico 2).

Em nível mais baixo, as categorias educação e economia, com percentuais próximos a 10% e 5%, respectivamente, mantiveram a terceira e a quarta colocação, entre 2016 e 2019 (gráfico 2).

Durante o mandato de Michel Temer (2016 - 2018) o percentual médio da categoria saúde foi 22,6%, considerando todas as pesquisas realizadas. Em seguida aparece corrupção com 19,6%, depois vem educação com 9,6% e economia alcançou 5,2%. As demais menções tiveram média de 43%.

Gráfico 2. Principal problema informado durante o governo Michel Temer (MDB)



Fonte: Datafolha.

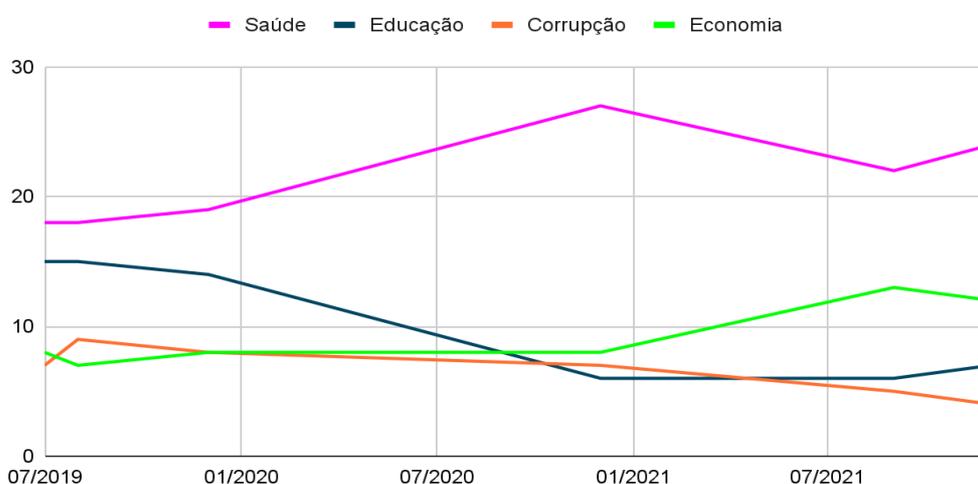
E, por fim, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), entre 2019 e 2022, a categoria corrupção perde importância no cenário nacional, tanto que inicia e termina o período como a de menor importância. Em um momento, educação teve percentual menor que corrupção, mas logo depois a corrupção teve uma nova redução de menções dos entrevistados (gráfico 3). Isso se deu, talvez, pelo fim da operação Lava Jato, pela redução do destaque de casos de corrupção na mídia, assim como pela queda no volume de deflagração de operações pela Polícia Federal.

Com isso, a categoria saúde foi mencionada pelos brasileiros como o maior problema do país e nesta conjuntura está toda a passagem pela grave crise sanitária da covid-19. Por conta disso, saúde cresce bastante entre 2020 e 2021, ao passo que as demais categorias reduzem bastante as suas proporções (gráfico 3).

Cabe mencionar que somente no mandato deste presidente que a categoria economia obteve a segunda maior proporção dentre todos os problemas, desde o fim de 2020 até 2022 (gráfico 3).

Durante o mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022) o percentual médio da categoria saúde foi 22%, considerando todas as pesquisas realizadas. Em seguida aparecem, respectivamente, educação (10,5%), economia (9,3%) e corrupção (6,7%). As demais menções - assim como “não resposta” e “não sabe” - tiveram média de 51,5% no mesmo período.

Gráfico 3. Principal problema informado durante o governo Jair Bolsonaro (PL)



Fonte: Datafolha.

Em resumo, saúde obteve os maiores valores médios em todos os governos presidenciais. Isso é importante, se considerarmos que o Brasil possui um sistema de saúde nacional, universal e gratuito, mas que nunca foi devidamente implementado, gerando críticas e insatisfações.

De acordo com a tabela 1, a segunda colocação de mais menções foi corrupção em Dilma e Temer, mas em Bolsonaro o destaque ficou para educação. De forma invertida, a terceira colocação foi educação nos governos Dilma e Temer e mudou para corrupção com Bolsonaro. Por fim, economia foi sempre o quarto mais citado, todavia, o percentual cresceu de forma contínua, evidenciando crescente preocupação com esta temática.

Em 2022, o IPEC³ realizou uma pesquisa específica sobre a temática da corrupção no Brasil. Para isso, o instituto de pesquisa entrevistou duas mil pessoas pela internet e perguntou aos entrevistados se eles percebiam algum nível de corrupção em diversas instituições, como órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário, polícias, ONGs e empresas. Adicionalmente, a Câmara dos Deputados foi avaliada como o órgão mais corrupto (76% dos entrevistados), seguido do Senado (70%), o governo federal (64%), os governos estaduais (61%) e o Poder Judiciário (47%) com as menções de muita corrupção.

Tabela 1. Valores médios dos 4 principais problemas por mando presidencial avaliado, 2011-2022

	Dilma	Temer	Bolsonaro
Saúde	32,5%	22,6%	22%
Educação	9,6%	9,6%	10,5%
Corrupção	15,9%	19,6%	6,66%
Economia	2,9%	5,2%	9,33%

Fonte: Datafolha.

Naquela época, conforme o IPEC, a corrupção era o segundo maior problema do país, atrás do desemprego. Porém, quando os entrevistados foram inquiridos a decidir por um desafio a ser enfrentado no país deram maior prioridade à corrupção (18% das respostas), ficando à frente de combater o desemprego e a saúde (14% das respostas cada).

Os dados da pesquisa foram úteis para criar o Índice de Percepção da Corrupção, oscilando entre 0 e 100, e quanto maior o seu nível, maior a percepção de corrupção. O nível médio do índice entre as mulheres foi de 79 pontos e entre os homens foi 74,5 pontos. A pesquisa indicou ainda que quanto menor a renda, maior a percepção de corrupção com o índice criado. Assim como os católicos apontam maior corrupção que os evangélicos, por exemplo.

Por fim, os dados do Latinobarômetro⁴ reforçam parte dos dados do Datafolha. Em uma perspectiva temporal mais alargada, entre 2004 e 2023, a pesquisa anual e realizada em toda a América Latina, mas aqui com recorte apenas no Brasil aponta algumas oscilações.

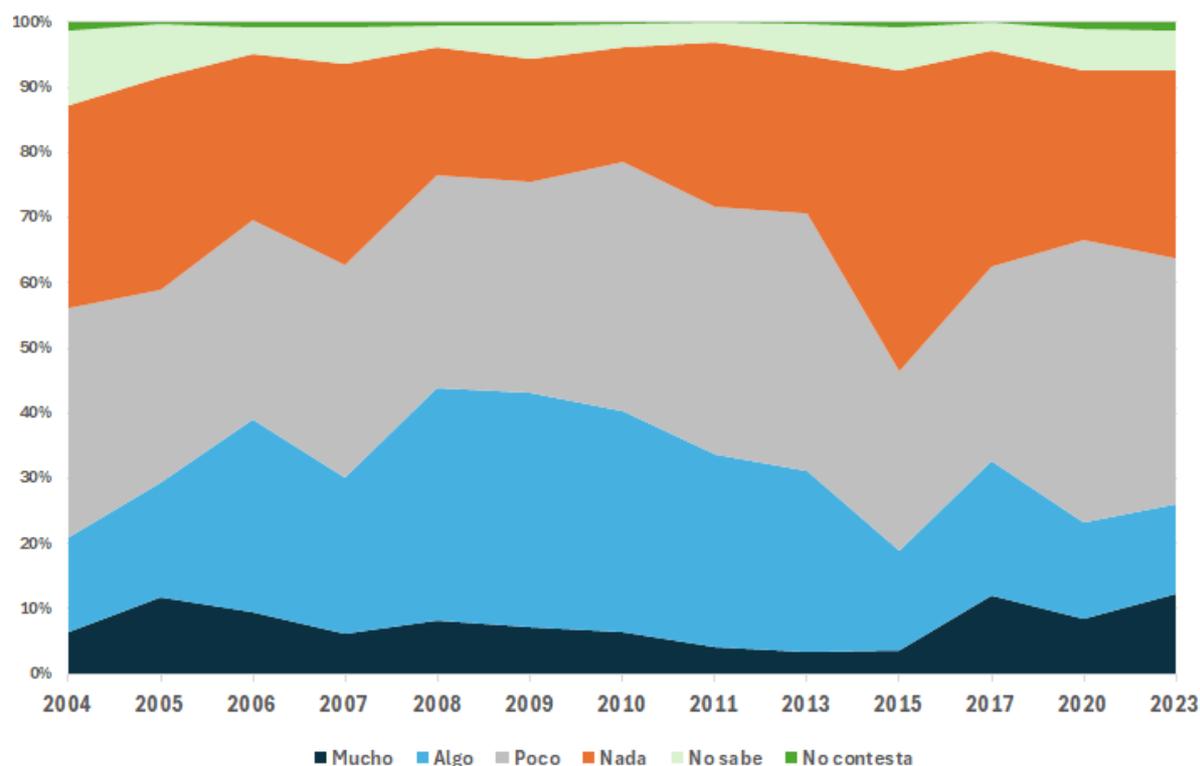
No gráfico 4, por exemplo, entre 2004 e 2006 há um crescimento da percepção de corrupção no Brasil, se considerarmos a soma das categorias muito e algo, as duas de maior intensidade. Embora 2007 apresenta queda do percentual destas duas categorias, em 2008 há um novo crescimento.

Porém, entre 2008 e 2015 há uma redução contínua destas duas categorias, ou seja, não há percepção de aumento da corrupção. Por outro lado, este resultado não esclarece se há redução ou manutenção da corrupção, uma particularidade da pergunta realizada pelo Latinobarômetro. No período seguinte, entre 2017 e 2023, há uma oscilação nestas duas categorias, com aumento e redução sucessivos (gráfico 4).

Este tipo de dado pode ser complementado com outras informações. Por exemplo, Almada et al. (2022) desenvolveram um estudo comparativo do nível de transparência das gestões Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. Os pesquisadores apontaram que o nível de transparência do Executivo brasileiro foi considerado avançado (97%) na gestão Rousseff, no entanto, este mesmo indicador durante o governo Bolsonaro obteve nível de transparência moderado (73%), destoando da argumentação política deste último.

A medição da percepção da opinião pública sobre temas e questões relevantes da conjuntura política é fundamental para esclarecer melhor as mudanças ocorridas. No presente trabalho, a medição da percepção da corrupção no Brasil esteve atrelada ao contexto político-empresarial nos últimos anos. Assim como diversos outros aspectos, a ideia de corrupção ganha maior ou menor destaque, ao longo do tempo, em consequência das transformações políticas e sociais e reflete no grau de confiança do brasileiro nas instituições brasileiras.

Gráfico 4. Percepção do aumento da corrupção no Brasil



Fonte: Latinobarômetro.

Conclusão

A análise da percepção da corrupção no Brasil ao longo da última década revela não apenas as mudanças de humor de um tema na agenda pública, mas também a complexa relação entre sociedade, instituições e confiança democrática. A partir das jornadas de junho de 2013 e, sobretudo, com a Operação Lava Jato, a corrupção assumiu protagonismo no imaginário coletivo, deslocando outras prioridades e moldando narrativas políticas e eleitorais. Os dados apresentados mostram que esse protagonismo não se manteve estável: ele variou conforme o contexto político, os escândalos noticiados, as crises enfrentadas e o perfil do Presidente de plantão.

Durante os governos de Dilma Rousseff e Michel Temer, a corrupção foi percebida como um dos principais problemas do país, refletindo o impacto direto das investigações e da intensa cobertura por parte da imprensa. Já no governo de Jair Bolsonaro, mesmo diante de novas denúncias e controvérsias, o tema perdeu centralidade nas preocupações da população, dando lugar à saúde e à economia, o que denota um reflexo claro da pandemia e de suas consequências.

As pesquisas de opinião analisadas indicam que a percepção de corrupção é menos uma medida objetiva dos casos concretos e mais um termômetro das expectativas frustradas, das decepções políticas e da descrença generalizada nas instituições. A desconfiança, nesse sentido, não é apenas dirigida aos políticos, mas ao próprio sistema representativo da democracia delegativa, gerando um ambiente propício ao populismo, ao autoritarismo e à rejeição da política como espaço de mediação coletiva.

Diante disso, este trabalho reforça a importância de políticas de transparência, fortalecimento institucional, educação cidadã e punição dos crimes praticados por agentes públicos, como caminhos para reconstruir a confiança e mitigar os efeitos corrosivos da percepção persistente de corrupção. Afinal, enquanto ela for percebida como endêmica e impune, a democracia brasileira continuará fragilizada por um ciclo de indignação, desencanto e desmobilização.

Declarações de ética e transparência

Considerações éticas e de originalidade: A pesquisa não exigiu aprovação ética, pois trabalhou exclusivamente com informações secundárias públicas. Este artigo é inédito e não foi submetido, nem está em processo de publicação em outras revistas.

Contribuição de cada um dos autores: Antônio Mariano fez a coleta dos dados, o levantamento histórico do tema, os gráficos e análise descritiva. Jimmy Medeiros fez a análise descritiva dos dados e dos gráficos presentes no artigo. Philippe Guedon fez a análise descritiva e a revisão final do artigo.

Declaração de uso de ferramentas de IA: Não foram utilizadas quaisquer ferramentas de IA na elaboração deste artigo.

Financiamento: Os autores não contam com nenhum tipo de financiamento para a realização da pesquisa e para a elaboração do artigo.

Conflitos de interesse: Os autores não têm conflitos de interesse associados ao desenvolvimento da pesquisa e à apresentação do artigo.

Referências

- Almada, M. P., Amorim, P. K., Pinho, M. D., & Silva, C. R. de S. (2022). A transparência do Executivo Federal brasileiro: uma comparação entre os governos Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. *Opinião Pública*, 28(1), 169–199.
- Araújo, C. M., Costa, S. F., & Fittipaldi, Í. (2016). Boa noite, e boa sorte: determinantes da demissão de ministros envolvidos em escândalos de corrupção no primeiro governo Dilma Rousseff. *Opinião Pública*, 22(1), 93–117. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201622193>
- Baptista, É. A., Telles, H., Fraiha, P., Abreu, A., & Mesquista, F. (2015). Mídia e escândalos políticos: efeitos sobre a percepção da corrupção. *Media e Jornalismo*, 179-197. https://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/2015_15_midia-e-escandalos-politicos.pdf
- Baptista, É. A. (2018). Corrupção política e avaliação de governo: o caso da Lava Jato. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, 11(32). <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/38307>
- Baquero, M., de Castro, H., & Ranincheski, S. (2016). (Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. *Política & Sociedade*, 15(32), 9-38. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n32p9>

- Bastos, P. P. Z. (2017). Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, (21)2, e172129. <https://doi.org/10.1590/198055272129>
- Braz, M. (2017). O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, (128), 85-103. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.095>
- Carleial, L. M. da F. (2015). Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. *Estudos Avançados*, 29(85). <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500014>
- Chauí, M. (2013, junho 27). As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. *Teoria e Debate*, Ed. 113. <https://teoriaedebate.org.br/2013/06/27/%EF%BB%BFas-manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo/>
- Chaves, Á. G. de O. (2022). *Prisões preventivas da Lava Jato: uma análise empírica e crítica de seus fundamentos*. Ed. São Paulo, SP: Amanuense.
- Damgaard, M. (2018). Cascading corruption news: explaining the bias of media attention to Brazil's political scandals. *Opinião Pública*, 24(1), 114-143. <https://doi.org/10.1590/1807-01912018241114>
- Datafolha. (2021) https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/12/20/P2ri345r2353IV9ns894-343402iSP1x2r21_AVaoBrzl.pdf (Acessado em 7 de maio de 2025)
- Dweck, E., & Teixeira, R. A. (2017). A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. Texto para Discussão 303 do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- Echegaray, F. (2001). O papel das pesquisas de opinião pública na consolidação da democracia: a experiência latino-americana. *Opinião Pública*, 7(1), 60–74. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762001000100004>
- Fidelis, F., & Lopes, F. M. (2015). Jornadas de Junho de 2013: formas de mobilização online e a ação de ativistas em Brasília por meio do Facebook. *Universitas: Arquitetura e Comunicação Social*, 12(1), 37-53. <https://doi.org/10.5102/uc.v12i1.3381>
- Filgueiras, F. (2009). A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. *Opinião Pública*, 15(2), 386–421. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200005>
- Gohn, Maria da Glória Marcondes (2016). Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Rev. Diálogo Educ.*, 16(47), 125-146.
- Gomes, E. P. M., & Alencar, C. N. de. (2019). A mídia como ator político: uma análise de textos da revista veja sobre casos de corrupção política. *Alfa: Revista de Linguística* (São José do Rio Preto), 63(1), 81–111. <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1904-4>
- Limongi, F. (2023). *Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato*. Editora Todavia.
- Lynch, C., & Cassimiro, P. H. (2022). *O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo*. Editora Contracorrente.

- Medeiros, J., & Buarque, B. B. (2020). Legado Olímpico em Questão-Megaeventos na Cidade do Rio de Janeiro e as Controvérsias em Torno dos Jogos Olímpicos Rio 2016. *Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE)*, 5(2), 110-130. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.papo25.ilsml>
- Mendonça, R. F. (2018). Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(98), e339707. <https://doi.org/10.1590/339707/2018>
- Moisés, J. Á. (2005a). A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, 11(1), 33–63. <https://www.scielo.br/j/op/a/xymhYmLZdKYkpmDbwqzj44S/?format=pdf&lang=pt>
- Moisés, J. Á. (2005b). Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 65, 71–94. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452005000200004>
- Nicolau, J. (2020). *O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Editora Zahar.
- Petrarca, F. R., & Filgueiras, C. H. (2024). Do voluntarismo político ao populismo jurídico: a gramática da operação Lava Jato nas mídias sociais. *Opinião Pública*, 30(1), 1–31. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202430120>
- Power, T., & Jamison, G. (2005). Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, 11(1), 64–93. <https://www.scielo.br/j/op/a/jV6pyLnCYRYwRp4bGwJpZMF/?format=pdf&lang=pt>
- Scherer-Warren, I. (2014). Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, 27(71), 417-429. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200012>
- Souza, J. (2016). As manifestações de junho e a cegueira política das classes. In: *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya.
- Tatagiba, L. (2018). Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, 17, 112-135. <https://doi.org/10.1163/17683084-12341714>
- von Bülow, M., & Dias, T. (2019). O ativismo de *hashtags* contra e a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 120, 5-32. <https://scielo.pt/pdf/rccs/n120/n120a01.pdf>

¹ Eduardo Paes (PMDB, à época) e Fernando Haddad (PT), prefeitos de Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, anunciaram o reajuste de 20 centavos no dia 1º de junho, iniciando os protestos. O aumento na cidade do Rio de Janeiro foi de 13,3% (de R\$3,00 para R\$3,40), enquanto na cidade de São Paulo foi de 16,6% (de R\$3,00 para R\$3,50).

² Mais informações em <https://datafolha.folha.uol.com.br/sobre/>

³ Em 2025, o IPEC foi incorporado pelo instituto IPSOS. Mais informações em <https://www.ipsos.com/pt-br>. Os dados da pesquisa podem ser encontrados na reportagem a seguir: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/09/pesquisa-ipeco-globo-mulheres-e-mais-pobres-tem-maior-percepcao-sobre-corrupcao.ghtml>

⁴ ¿En su opinión, desde el año pasado, el nivel de corrupción en (PAÍS) ha aumentado mucho (1), aumentado algo (2), se ha mantenido igual (3), disminuyó algo (4) o disminuyó mucho (5)? Mais informações em <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>